



## Prefeitura de Delmiro Gouveia Relatório de Instruções Normativas

ANO	DECRETO	EMENTA	PUBLICAÇÃO
2026	0001	Dispõe sobre normas de transparência, rastreabilidade, execução e prestação de contas dos recursos provenientes de emendas parlamentares transferidos a organizações da sociedade civil e outras entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito do Município de Delmiro Gouveia, e dá outras providências	20/04/2026
2025	0001	Altera o art. 3º, caput, o art. 3º, § 2º, VII e o art. 6º da Instrução Normativa SEFIN nº 02, de 20 de junho de 2023, que estabelece os procedimentos a serem adotados na avaliação fiscal, para fins de apuração da base de cálculo do imposto sobre a transmissão onerosa inter vivos de bens imóveis - ITBI e dá outras providências.	02/04/2025
2023	0004	Estabelece procedimentos acerca de processos administrativos no âmbito da administração tributária, e dá outras providências.	15/08/2023
2023	0003	Regulamenta a retenção de Imposto de Renda para pagamentos realizados pelo Município de Delmiro Gouveia.	12/07/2023
2023	0002	Estabelece os procedimentos a serem adotados na avaliação fiscal, para fins de apuração da base de cálculo do imposto sobre a transmissão onerosa inter vivos de bens imóveis - ITBI.	20/06/2023
2023	0001	Estabelece critérios para o lançamento da Taxa de Licença para localização e Funcionamento -TLLF.	22/03/2023
2022	0005	APROVA O MANUAL DE AUDITORIA INTERNA DO MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL.	05/10/2022
2022	0004	DISPÕE SOBRE UNIFORMIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA	21/07/2022
2022	0003	APROVA CRONOGRAMA PARA IMPLANTAÇÃO DA LEI 14.133/2021, NO ÂMBITO MUNICIPAL.	21/07/2022
2022	0002	APROVA PROCEDIMENTOS PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO MUNICIPIO.	21/07/2022
2022	0001	APROVA O CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DELMIRO GOUVEIA/AL	21/03/2022
2021	0001	DISPÕE SOBRE PLANEJAMENTO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA DA CONTROLADORIA DO MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS	25/08/2021
2020	0001	ESTABELECE OS FLUXOGRAMAS DAS FASES DO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - MROSC, A SEREM ADOTADOS PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DIRETA E INDIRETA, PARA A FORMALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL	01/09/2020
2017	0007	Dispõe sobre as rotinas e procedimentos para a realização, formalização e renovação dos processos de locações dos imóveis.	05/12/2017
2015	0003	Recomenda procedimentos para as atividades pertinentes ao Departamento de Recursos Humanos	21/12/2015
2015	0002	Dispõe sobre procedimentos para o controle da Alimentação Escolar no âmbito da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.	06/11/2015
2015	0001	Estabelece normas e procedimentos necessários para a utilização de veículos municipais.	03/11/2015



**Prefeitura de Delmiro Gouveia**  
**Relatório de Instruções Normativas**

<b>ANO</b>	<b>DECRETO</b>	<b>EMENTA</b>	<b>PUBLICAÇÃO</b>
2013	0004	Dispõe sobre a implantação de controle rígido sobre as retenções de iss de Imposto de renda retido na fonte, referente aos serviços prestado ao município.	02/07/2013
2013	0003	Disciplina Padrões, rotinas e procedimentos na administração dos bens patrimoniais	02/07/2013
2013	0002	Disciplinar e padronizar o procedimento de controle de estoque, recebimento, armazenamento e distribuição de materiais de consumo adquiridos pelo Município e dá outras providências	20/02/2013
2013	0001	Estabelece normas e procedimentos para a formalização de Compras, da Licitação, da Dispensa e da Inexigibilidade de Licitação e dos Pedidos de Alteração Contratual e dá outras providências.	20/02/2013
2011	0003	Dispõe sobre a criação, a implantação, a manutenção e a coordenação de Sistemas de Controle Interno nos Poderes Municipais e dá outras providências.	13/12/2011
2010	0004	Institui o Módulo da Análise Conclusiva do Controle Interno - ACCI e dispõe sobre regras e procedimentos a serem adotados, para a remessa eletrônica via SICAP, pelos Chefes dos Poderes Executivos e Legislativos Municipais visando o cumprimento das Constituições Federal e Estadual, da Lei Complementar nº 101/2000, das Leis Federais 4.320/64, 8.666/93 e das Normas Brasileiras de Contabilidade	22/06/2010